



EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Contributo Para o Desenvolvimento Sustentável

Telma Regina dos Reis de Assis*
Maria Clementina de Oliveira**

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar a relevância da educação ambiental para a sustentabilidade pois a educação ambiental refere-se aos processos de conscientização os quais os sujeitos e a coletividade desenvolvem conhecimentos, saberes, atitudes, comportamentos e valores sociais em prol do cuidado com o meio ambiente de forma sustentável. E a partir de tal feito é possível promover a valorização dos recursos naturais fundamentais a qualidade de vida sustentável dos seres vivos. A proposta deste estudo é responder a problemática: Qual a relevância da educação ambiental para promoção da sustentabilidade? Para responder tal questionamento utilizou-se a pesquisa bibliográfica com leituras em artigos, livros e teses sobre o tema em questão. Verificou-se que a Educação Ambiental é a área da educação cuja finalidade educativa e social é justamente promover o acesso ao conhecimento sobre tudo que permeia o meio ambiente, para que se possa prover ações e atitudes de respeito e preservação ao uso sustentável dos recursos, através da dinâmica dos ecossistemas, tendo em vista uma relação harmônica entre indivíduo e natureza

Palavras-Chaves: Educação Ambiental. Sustentabilidade. Preservação.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the relevance of environmental education for sustainability because environmental education refers to the awareness processes in which subjects and the community develop knowledge, knowledge, attitudes, behaviors and social values in favor of caring for the environment. . And from this achievement it is possible to promote the valorization of natural resources that are fundamental to the sustainable quality of life of living beings. The purpose of this investigation is to answer the problem: What is the relevance of environmental education for promoting sustainability? To answer this question, bibliographical research was used with readings in articles, books and theses on the topic in question. It was verified that Environmental Education is the area of education whose educational and social purpose is precisely to promote access to knowledge about everything that permeates the environment, so that actions and attitudes of respect and preservation of the sustainable use of resources can be provided, through the dynamics of ecosystems, aiming for a harmonious relationship between individuals and nature.

Keywords: Environmental Education. Sustainability. Preservation.

* Pós-doutoranda em Ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais (FICS). E-mail: telmaassis@rocketmail.com

** Doutora em Ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais (FICS). E-mail: tnacle@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental é um instrumento educativo muito importante para promover a conscientização de preservação do meio ambiente no indivíduo, uma vez que é por meio desse ato de entendimento e conscientização que os valores sociais, assim como habilidades, conhecimentos e atitudes passam a ser construídos e fortalecidos para um efetivo desenvolvimento sustentável na sociedade.

Mediante tal concepção o objetivo desta pesquisa é analisar a relevância da educação ambiental para a sustentabilidade. E os objetivos específicos são conhecer o conceito da educação ambiental e sustentabilidade; descrever a concepção histórica da educação ambiental; analisar as políticas públicas da educação ambiental; classificar as dimensões da sustentabilidade; e notabilizar a importância da sustentabilidade para a sociedade.

Justifica-se a temática da pesquisa em decorrência da inquietação de promover a conscientização de que a educação ambiental pode modificar atitudes e hábitos, renovando a realidade do planeta terra para uma ação sustentável favorecendo uma qualidade de vida mais saudável para as pessoas. Pois essa situação de fato só poderá se concretizar havendo uma prática de educação ambiental para a sustentabilidade onde as pessoas se vejam responsáveis em fazer algo para mudar tal realidade degradante.

Faz-se necessário acontecer uma contenção não á nível populacional, mas mundial, para equilibrar melhor as produções e o planeta. O Brasil pela extensão territorial e localização, concentra umas das maiores florestas do planeta, possui 12% de toda a água doce do planeta, fatores que aumentam a responsabilidade do país nos cuidados com a preservação e conservação da natureza. E os resíduos, resultado do desenvolvimento tecnológico são ainda pouco reaproveitados, as quais geram diversos danos ao planeta como destruição, poluição e pobreza (Bizarria, 2023).

Mediante tal abordagem a proposta desta investigação é responder a problemática: Qual a relevância da educação ambiental para a sustentabilidade? Para responder tal questionamento aplicou-se a metodologia bibliográfica com leituras em artigos, livros e teses sobre o tema em questão.

A principal finalidade da sustentabilidade é o alcance do equilíbrio dos princípios de equidade, promovendo meios de vida digna e com qualidade para as

pessoas, estando elas dentro ou fora das organizações, visando beneficiar a todos os sujeitos por meio da acessibilidade a plena cidadania.

Para tratar sobre sustentabilidade alguns termos específicos se fazem presentes, como: sustentabilidade econômica, sustentabilidade empresarial, sustentabilidade ecológica e ambiental e sustentabilidade social, os quais são movidos por três princípios: econômico, social e ambiental. Em união, esses pilares de base do desenvolvimento sustentável podem promover a sobrevivência do Planeta Terra, propiciando um desenvolvimento sustentável em todos os campos.

É sabido que os desastres no planeta, causados pelo desvio de comportamento humano tem sido constante e precisam ser paráveis, uma vez que estes não garantem estabilidade para as gerações futuras, que podem vir a sofrer com a escassez dos recursos da natureza. Mesmo diante desse cenário, percebe-se que as instituições escolares ainda não demonstram estar preparadas pedagogicamente para abordar assuntos voltados aos hábitos sustentáveis

3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A prática da Educação Ambiental desencadeia práticas sustentáveis no cotidiano para minimizar os agravos ao meio ambiente. Sendo assim, reforçar a questão da conscientização ambiental no dia a dia dos sujeitos fará com que ocorra mudanças significativas no comportamento. No que diz respeito aos espaços ambientais e sociais, a Educação Ambiental compreende a qualidade de vida das pessoas uma vez que possa vir a oferecer qualidade e atitudes saudáveis de conscientização, que se refere ao uso correto e adequado dos recursos naturais.

Por esta razão, a Educação Ambiental se encarrega de trabalhar três questões ambientais mais importantes, tais como: desmatamento, poluição do ar e mudanças climáticas, as quais são fundadas em três importantes pilares da educação ambiental: ambiental, social e econômico.

A meta da educação ambiental consiste em universalizar a educação socioambiental mediante todos os segmentos e modalidades de ensino, como sendo uma prática inter, multi e transdisciplinar, contínua e duradoura nos locais formais e não formais, conforme a aprovação de um projeto de lei.

3.1 Conceito da Educação Ambiental

Entende-se por Educação Ambiental o processo de conscientização acerca de valores e compreensão de conceitos, almejando a potencialização das habilidades e mudando o comportamento em prol do meio ambiente, para analisar as inter-relações entre as pessoas, seus costumes e culturas biofísicas.

A Educação Ambiental possui a finalidade de compreender melhor as definições sobre o meio ambiente, sua sustentabilidade, conservação e preservação. Todavia, ela visa a capacitação de cidadãos críticos, potencializando ainda mais práticas cidadãs conscientes, pois:

A Educação Ambiental, vista e entendida como prática transformadora da sociedade dispõe de concepções que podem colaborar com a compreensão dos atos e responsabilidades humanos perante o meio ambiente e às presentes gerações (Cruz; Melo; Marques, 2016, p.184).

Por esta razão, esse é o ramo da educação que visa disseminar informações e conhecimentos sobre o meio ambiente para que se possa almejar a desejada preservação e uso sustentável dos recursos naturais, por meio de ações educativas pertinentes a dinâmica dos ecossistemas, levando em consideração as consequências da relação do homem com o próprio meio ambiente.

A Educação Ambiental é constituída de dois tipos: educação ambiental formal ou informal, objetivando alcançar cinco metas importantes que são: fomentar a prática sustentável no cotidiano; conscientização ambiental; atitudes e ações para minimizar os efeitos do aquecimento global; refletir hábitos que danificam o meio ambiente; e incentivar a sociedade em relação a valorização da conscientização ecológica

A abordagem ambientalista é vista também como o compartilhamento de conhecimentos científicos e simples proteção da natureza em que são levados em consideração fatores políticos, culturais e socioeconômicos para que de fato possa ser concebida como Educação Ambiental.

O senso crítico, o comportamento, os conhecimentos, competências e habilidades, além da capacidade de análise e avaliação, bem como de aferir e participar; são objetivos que possuem dois indicadores importantes: o esclarecimento e a atuação consciente dos indivíduos mediante aos problemas do meio ambiente, de tal modo que sejam almejadas alternativas que valorizem os princípios sociais que façam com que as pessoas sejam sensibilizadas em se interessar pela proteção ambiental.

Vale destacar que:

A expressão Educação Ambiental contém em si enraizadas dezenas de definições e possibilidade de caminhos e tão vasta quanto às denominações possíveis para a Educação Ambiental é a diversidade de atores, grupos e instituições sociais, que dividem valores, objetivos e interesses comuns (Ferreira; Melo; Marques, 2016, p. 186).

Todavia, a Educação Ambiental não se conclui como uma simples disciplina ou conteúdo específico, embora deva estar interligada com as diversas áreas do conhecimento. É a partir dessa interação que pode ocorrer a transformação do atual cenário mundial ao que tange às mudanças climáticas e o aquecimento global por exemplo, desencadeando reflexões muito importantes que motivem os sujeitos a mudarem seus estilos de vida e comportamento em defesa do meio.

A educação ambiental contribui para que várias situações sejam solucionadas, principalmente ao que se refere ao papel da água no desenvolvimento sustentável por meio de práticas de reciclagem, e incentivo à produção de energia natural, etc. Desse modo, a Educação Ambiental também é um viés de promoção da saúde coletiva, pois, é vista como um processo duradouro de compromissos e responsabilidades sócio ambientais, que instiga a socialização de informações e a adoção de novas posturas e comportamentos saudáveis em sociedade.

Sendo assim, a Educação Ambiental se destaca por conceber objetivos importantes, tais como: promover ações pertinentes ao meio ambiente; ajudar na formação de indivíduos responsáveis e conscientes, que desenvolvam ações de cidadania; e fortalecer o papel do sujeito e a preservação do meio ambiente.

3.2 Concepção Histórica da Educação Ambiental no Brasil

Estudos voltados para a Educação ambiental são decorrentes ao longo da história cuja finalidade é compartilhar informações aos sujeitos acerca da importância que se tem a responsabilidade e a preservação da natureza e dos seus recursos existentes.

A Educação Ambiental é o caminho mais certo para que a sociedade consiga reverter esse quadro caótico, crítico e assustador de degradação socioambiental, ainda que não seja suficiente para romper com tanto tumulto e agitação.

A Educação ambiental brasileira teve início como uma espécie de modismo sem limites, e impulsionado. Depois, como uma alternativa pedagógica crítica aos moldes educacionais que estariam vigentes na época. Na realidade;

No Brasil, a Educação Ambiental se configura desde a promulgação da Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999), e do Decreto 4.281/2002,

que estabelecem a Política Nacional de Educação Ambiental. Há também contribuições da Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecida em 1981, da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, e do Programa Nacional de Educação Ambiental–ProNEA, criado em 2003 (Bizarria *et al.*, 2023, p.179).

A educação ambiental se tornou uma exigência da educação contemporânea muito importante, porém, sem fundamento de mera transmissão de conhecimentos ambientais, mas sim, como uma busca constante pela plena participação dos sujeitos nas decisões políticas. Ela surgiu com a finalidade de oficializar a consolidação da democracia brasileira, por meio da solução de situações problemas do meio ambiente em prol de melhor qualidade de vida conforme os princípios éticos e das conversações entre as gerações e culturas do presente (Leite; Mininni-Medina, 2001).

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Educação ambiental possui a sua finalidade desde os séculos XIX e XX, quando ocorreu a construção do Jardim Botânico no Rio de Janeiro e a criação do primeiro parque do estado de São Paulo, e logo após o Pau Brasil foi extinto do país.

Um dos grandes feitos considerados de sucesso ocorreu nos anos de 1934, por meio de um decreto de lei nº 23.793 em que modifica a Lei o anteprojeto de Código Florestal, e a criação de diversos parques, em que consistiu numa grande preocupação ao se pensar na preservação dos recursos naturais.

Em 1973 constrói-se a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), alinhado ao Ministério do Interior, que em meio a diversas atividades, deu início às ações voltadas a Educação Ambiental. No ano de 1979 o Ministério da Educação (MEC) e a CETESB/SP oficializam a documentação ‘Ecologia uma Proposta para o ensino de 1º e 2º Graus’

Já nos anos 90 a Educação Ambiental já ganha outros formatos, pois, acontece o Iº Curso Latino Americano das Especializações em Educação Ambiental. O ministério da educação decide que as grades curriculares nas mais diferentes modalidades de ensino devem atender também as demandas da disciplina de Educação Ambiental conforme Portaria 678 (14/05/1991) (Bizarria *et al.*, 2023),

Projetos de articulação com o IBAMA e MEC começam a ser realizados, bem como encontros de trabalhos para discutir Educação Ambiental e questões políticas e metodológicas, tendo em vista uma proposta interdisciplinar de educação ambiental para Amazônia.

A intencionalidade da Educação Ambiental é compreendida pelo fato dela almejar soluções de conservação dos recursos naturais, em tempo que se promova a sustentabilidade, levando em consideração sempre os aspectos socioeconômicos, culturais, políticos e ecológicos (Tristão, 2004).

É de suma importância que as pessoas adotem uma concepção de mundo na qual se baseia na compreensão de que toda e qualquer reação que o ser humano venha a ter com o meio ambiente, ele irá responder, seja de forma positiva ou negativa. Por essa razão, reconhecer que a sociedade atualmente vive uma crise ecológica é o primeiro e importante passo para se construir mudanças sólidas e benéficas para a vida terrestre existente.

A educação ambiental não é a única vertente da educação que pode tratar dos problemas ambientais encontrados na sociedade. A dimensão da problemática é muito maior e envolve outros importantes estudos também, e que conta com outras interações entre o meio ambiente e os diversos sujeitos que nele convivem. É fato que as pessoas civis não são ambientalistas. Mas ao nascer, todos carregam consigo o fundamento maior da natureza humana que é a própria vida, e com isso, o interesse e o respeito pelos meios naturais deverão fluir de forma espontânea nas pessoas (Lima, 2009).

Por essa razão, a Educação ambiental tende a reforçar cada vez mais a importância que a natureza tem dentro do contexto histórico da sociedade, e que é de extrema necessidade a participação de todos os sujeitos e entidades que constituem o elo de uma sociedade unida de modo técnico, em que se almeja uma educação primária para obtenção dos objetivos mais concretos.

Sendo assim, transformar ação social em educação requer a emancipação do sujeito, o que é um grande desafio persistido na atualidade, e que ao longo do tempo frente às demandas sociais foi necessário desenvolver uma visão holística para não se apoiar numa educação fútil, sem sucesso e resultados.

3.3 Políticas Públicas Ambientais

As políticas ambientais são ferramentas muito importantes para promover o aumento econômico em consonância com o meio ambiente. Além disso, tais políticas são necessárias para combater práticas que fomentem o aquecimento global, ocasionado por conta da ação desenfreada das pessoas que acabam por contribuir para o crescente efeito estufa na terra.

Diante dos grandes impactos no meio ambiente as políticas públicas ambientais exercem uma função muito importante através do poder público para defender as reservas ambientais e todos os seus recursos para que se possa combater uma possível degradação e restaurar os sistemas ecológicos fundamentais.

Faz-se necessário destacar que entre as diversas políticas públicas algumas são eficientes para combater os problemas ambientais, como pôr exemplo: a utilização racional e consciente dos recursos naturais, a preocupação das gerações futuras sobre os riscos mais graves que a sociedade sofre por conta do mau uso dos recursos naturais, bem como a elaboração de leis mais eficazes que possam promover a preservação do meio ambiente (Milaré, 2013).

Ao que tange a política ambiental brasileira, a mesma teve início no Brasil no ano de 1930, quando foram construídos os normativos pioneiros alinhados à gestão dos recursos naturais, como foi o caso do Código de Águas e do Código Florestal, ambos criados em 1934.

Posteriormente novas políticas públicas ambientais surgiam, com destaque para:

- Lei de Fauna (Lei 5.197-1967)
- Área de Proteção Ambiental (Lei 6.902-1981)
- Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938-1981)
- Política Agrícola (Lei 8.171-1991)
- Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433-1997)
- Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605-1998)
- Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei 9.985-2000)
- Novo Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651-2012)

As políticas públicas ambientais acima destacadas podem ser abalizadas por ser uma documentação legal e estratégica da gestão de meio ambiente que desenvolve a discussão e o debate sobre problemáticas geradas em torno da preservação do meio ambiente. E de acordo a Lei de nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispõe as sanções penais e administrativas originadas de condutas e atividades resultantes de lesões ao meio ambiente.

Através políticas públicas ambientais as diretrizes voltadas para as questões ambientalistas podem ser melhor direcionadas e executadas, mas:

A política pública ambiental adequada por si só não tem efeito, depende da atuação dos agentes públicos para seu cumprimento, pois há evidente assimetria entre a lei e a sua aplicação. Deve haver, portanto, um marco de regulação mais rigoroso ao que é considerado socialmente conveniente para haver maior cumprimento dessa política ambiental (Gurski; De Souza-Lima, 2016, p.745).

Tais atitudes e ações podem ser efetivadas com o apoio conjunto do governo, das pessoas consumidoras e de empresas. Ao governo cabe a responsabilidade de elaborar ações de controle e fiscalização, cuja finalidade é desmotivar a utilização de determinados materiais que prejudicam o meio ambiente, e em tempo favorecer subsídios ao desenvolvimento de produtos sustentáveis.

As políticas públicas do Brasil sofrem com inúmeros desafios ao que tange às dificuldades para expandir a Educação Ambiental em todo o Brasil, sinalizando pôr exemplo a precariedade dos recursos, bem como a escassez de capacitação profissional e políticas sólidas no Estado. Percebe-se que “de forma geral, as atuais políticas públicas ambientais brasileiras são marcadas pela setorização, fragmentação e a conseqüente falta de universalização, que tem ligação direta com direitos sociais básicos” (Gurski; De Souza-Lima, 2016, p.746).

Uma boa política pública ambiental deve ter como meta a diminuição da deterioração da qualidade ambiental e focar no seu aumento, assim como na economia ambiental, através de modelos estabelecidos. Compreende-se que as políticas públicas são organizações de normas, regras e ações articuladas de sistemas empresariais e governamentais que possuem como finalidade a preservação do meio ambiente e a atenção com a sustentabilidade.

Todavia, deve-se seguir os princípios da política nacional de educação ambiental de forma geral, tendo em vista a sua interdependência entre o meio ambiente, o socioeconômico e o meio cultural, sob a perspectiva da sustentabilidade.

A sociedade deve interessar-se nos assuntos que dizem respeito ao combate às práticas de devastação que atingem o meio ambiente, é importante que se tenha a consciência crítica de que tudo o que chega na casa das pessoas; chegou por meio da eficiência da natureza, principalmente os alimentos que garante o sustento dos seres humanos.

Faz-se necessário ressaltar que:

As políticas públicas baseadas em instrumentos econômicos, pois devem ter regulação ambiental agressiva para evitar a escassez de recursos

naturais. Há necessidade de políticas públicas específicas que estejam em sintonia com as particularidades socioeconômicas e ambientais do país. (Gurski; De Souza-Lima, 2016, 742).

O preocupar e o cuidar devem andar de mãos dadas, pois, se é da natureza que se retira tudo o que necessita para viver, porque não começar a adotar atitudes boas e saudáveis que garantam a sustentabilidade dos recursos naturais e a estadia de um futuro melhor para as próximas gerações.

Em todos os lugares existem variados tipos de realidades que implicam em analisar que tipos de elementos estão inclusos nessas fases e quais grupos são construídos nos espaços em que se convive. Essa consciência parte da preocupação em explorar melhor os recursos naturais, por meio de projetos de aperfeiçoamento a favor da Educação Ambiental.

4. CONCEITOS E CONCEPÇÕES SOBRE SUSTENTABILIDADE

Pensando em fomentar cada vez mais o desenvolvimento sustentável, recomenda-se produzir menos resíduos, optar por equipamentos que não faça uso de energia elétrica, usar a luz solar ao invés de energia elétrica, comprar produtos com empresas sustentáveis, promover a cultura da sustentabilidade, dentre outros. O desenvolvimento sustentável pode ser aplicado em indústrias visando o consumo e a produção sustentáveis, em cidades e comunidades sustentáveis e em instituições diversas cujo objetivo é inovar e oferecer uma estrutura também sustentável e equilibrada com o meio ambiente.

4.1 Conceito da Sustentabilidade

O termo sustentabilidade refere-se ao cuidado do meio ambiente e ao avanço político e socioeconômico dos países. E essa ação depende exclusivamente das esferas estaduais, da sociedade civil, e também de empresas. Sustentabilidade está ligada à compreensão acerca da preservação ambiental e do progresso socioeconômico e político dos países que desenvolvem atitudes e ações positivas para conter as mais diversas degradações existentes, pois:

Sustentabilidade é a capacidade de sustentação ou conservação de um processo ou sistema. A palavra sustentável deriva do latim *sustentare* e significa sustentar, apoiar, conservar e cuidar. O conceito de sustentabilidade aborda a maneira como se deve agir em relação à natureza. Além disso, ele pode ser aplicado desde uma comunidade até todo o planeta (Magalhães, 2017, p. 01).

Compreende-se sustentabilidade como um apelo global ao comportamento das pessoas em sociedade para excluir os índices de pobreza, preservar e respeitar o meio ambiente e o clima, além de assegurar que as pessoas, independente onde elas estejam, tenham oportunidade de desfrutar momentos de paz e prosperidade.

Por essa razão, significa ressaltar que é necessário realizar a reflexão sobre os recursos da natureza de modo que seja admissível consentir às indigências da sociedade atual, mas sem que exista danos da disponibilidade desses recursos para as gerações do futuro, atentando para os princípios da sustentabilidade que surgem “como uma resposta à fratura da razão modernizadora e como uma condição para construir uma nova racionalidade produtiva, fundada no potencial ecológico e em novos sentidos de civilização” (Leff, 2002, p.31).

Os principais objetivos da sustentabilidade estão embutidos em ações muito importantes para a preservação ambiental e para o equilíbrio social, tais como: ato contra alteração integral do clima, educação de qualidade entre outros.

Sendo assim, observa-se que as atitudes e comportamentos voltados para o processo de sustentabilidade virou um tema crucial. Isso determina os meios para fazer com que o bem estar mundial das pessoas, assim como as suas necessidades alimentares e têxteis sejam garantidas sem que haja danos às gerações futuras as quais irão herdar a sociedade atual (Magalhães, 2019).

A sustentabilidade em linhas mais objetivas refere-se aos meios de fazer uso dos recursos da natureza da melhor forma possível sem que provoque danos e agressões severas que possam vir a prejudicar o ecossistema, evitando assim os impactos do desperdício e fazendo com que os materiais sejam sempre que possíveis reaproveitados. Por isso as pessoas precisam se conscientizar e introduzir as atividades sustentáveis como forma de pequenas adequações a rotina do dia a dia.

Para tratar sobre sustentabilidade alguns termos específicos se fazem presentes, como: sustentabilidade empresarial, sustentabilidade econômica, sustentabilidade social, sustentabilidade ambiental e ecológica, os quais são movidos por três princípios: social, ambiental e econômico. Em união, esses pilares de base do desenvolvimento sustentável podem promover a sobrevivência do Planeta Terra, propiciando um desenvolvimento sustentável em todas as áreas. (Magalhães, 2019).

Hábitos sustentáveis na prática cotidiana das pessoas podem ser uma ótima alternativa para consolidar mudança de postura e consciência ambiental, pois, uma vez que a pessoa resolve caminhar ou andar de bicicleta, pôr exemplo, além de manter o corpo saudável está também contribuindo para evitar a emissão de gases que causam o efeito estufa no planeta.

4.2 Dimensões da Sustentabilidade

A expressão sustentabilidade foi ganhando mais enfoque e desencadeando uma melhor compreensão para a sociedade, de tal forma que já consegue discernir atualmente quais são as suas respectivas responsabilidades quanto a importância da sustentabilidade ambiental. Mas as ações para sustentabilidade ambiental ainda estão caminhando a passos lentos em relação a tudo que se pode realizar para reduzir em grande escala os impactos causados ao meio ambiente.

A consciência ambiental bem como todas as questões que permeiam a temática têm sido cada vez mais um dos principais assuntos e pautas de discussões até mesmo internacionais nos dias atuais (laquinto, 2018). Por essa razão delinear uma consciência sustentável e ambientalista nas pessoas significa obter a compreensão de que a preservação da natureza é prioridade global da humanidade e que as relações sociais não podem e não devem descuidar um minuto sequer.

E tratar de sustentabilidade ambiental e ecológica é tratar também das dimensões que envolvem os interesses e necessidades de todas as partes, potencializando de tal modo as relações e promovendo benfeitorias coletivas. Entre as dimensões da sustentabilidade destaca-se dimensão ambiental, dimensão econômica e, dimensão social.

A **dimensão econômica** é uma pauta discursiva ao que tange a sustentabilidade, pois, é um dos fatores de grande relevância para a sociedade atual, uma vez que suas instancias impactam índices de oferta de emprego e renda para as populações, assim como também podem ocasionar crises mundiais, catástrofes ecológicas, nível de desemprego, aumento populacional, dentre outros episódios sociais importantes.

A dimensão econômica é também encarregada de gerar e mover capitais, ofícios, bens e diferentes tipos de serviços ao redor de todo o mundo, pois ela “basicamente busca-se um real equilíbrio entre a contínua produção de bens e

serviços e a justa distribuição da riqueza” (Póvoas, 2015, p. 49). Portanto, o desenvolvimento da economia e progresso financeiro possuem funções distintas no meio social, gerando várias vantagens aos sujeitos.

Sabe-se que o Planeta Terra é dotado de inúmeros recursos naturais, de modo abundante, porém, eles são infinitos, ou seja, um dia podem se esgotar. A compulsão obsessiva e continua da sociedade pelo consumismo desenfreado é o que vem causando grandes impactos na natureza e coloca em contradição a realidade de oferta inesgotável dos recursos da natureza, de forma errônea. (Iaquinto, 2018).

Por essa razão, é importante que se crie uma economia harmoniosa e sustentável, que fortaleça a justiça, a estabilidade social e que promova crescimento e desenvolvimento aos sujeitos, de maneira que eles venham a obter seus ganhos de produção e sustento, mas sem gerar prejuízos ao meio ambiente.

A **dimensão social** compreende a participação e a totalidade de um grupo ou comunidade, podendo envolver a participação ativa de mulheres, jovens e idosos, bem como índices de desemprego, violência, inclusão escolar, inclusão acadêmica em faculdades de ensino superior, dentre outros elementos tão quanto importantes.

Não há como mensurar a importância que a dimensão social possui, pois, ela “atua na proteção da diversidade cultural, garantia do exercício pleno dos direitos humanos e combate à exclusão social” (Póvoas, 2015, p. 51). A qualidade de vida e bem estar das pessoas dependem diretamente do desenvolvimento econômico como base de apoio às comunidades, observando quais são as suas demandas e necessidades, interesses e anseios.

É importante mencionar também a importância dos grupos sociais estarem mais à frente das decisões políticas, inclusas em projetos sociais, para que assim, elas possam a se sentir acolhidas e também importantes ao contribuir com ações educativas e sociais que desenvolvam benefícios coletivos. Deste modo, essas pessoas estarão tendo sua identidade cidadã fortalecida, potencializada e valorizada perante as demais pessoas.

Sobre a **dimensão ambiental**, ao que se refere a preservação do meio ambiente é a terceira base para prover o desenvolvimento sustentável, podendo visto como o primeiro ao que diz respeito ao futuro da sociedade, pois ela

[...] configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar. Nesse sentido, a

produção de conhecimento deve necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental (Jacobi, 2003, p. 190).

Pode-se compreender que sustentabilidade é o meio de realizar negócios em uma era globalizada e independente, de tal modo que o ambiente natural seja valorizado sem que sofra o menor impacto possível (Savitz; Weber, 2014).

Entretanto, nas últimas décadas, dados relacionados ao consumo energético, a emissão de gases, a geração de resíduos poluentes e consumo de recursos renováveis ou não, demonstram que o meio ambiente está demasiadamente ameaçado perante essas circunstâncias.

Estes estudos ainda indicam que a sociedade usufrui aproximadamente 40% a mais de recursos naturais, além do que a natureza é capaz de reproduzir novamente. Este índice é bastante assustador e preocupante, pois, as pessoas de modo geral não adquiriram uma consciência crítica e sustentável acerca dos prejuízos grandiosos que tal situação pode repercutir nas gerações futuras. (Iaquinto, 2018).

Estes números demonstram a necessidade imediata de uma mudança de postura de toda a humanidade, destacando a população, os governantes e instituições, pois, a escassez dos recursos naturais é pauta de discussão séria, e uma vez que não seja dada a devida importância e tomada de decisões em prol de uma solução emergencial, os danos podem vir a surgir muito antes do que se prevê.

É sabido que fontes de recursos renováveis como exemplo do petróleo já vem sendo atingidos com sua redução de fornecimento, e a única possibilidade para a conservação do mundo atual é por meio do desenvolvimento de práticas sustentáveis que viabilizem condições da natureza se recompor.

Sem a devida preservação dos recursos naturais e de todo o ecossistema, não há como haver vida no Planeta Terra. A preservação destes, mesmo que os níveis atuais de degradação preocupem, ainda sim, é o menor e mais relevante dos problemas da humanidade a ser enfrentado (Iaquinto, 2018).

Existem dicas estratégias da dimensão sustentável do ambiente que podem trazer excelentes benefícios e redução das problemáticas se realmente forem alcançadas, tais como adotar práticas de reciclagem e reutilização; preservar todo o meio ambiente destacando fauna e flora; restringir os emissores de gases que

tornam o efeito estufa; fazer uso de fontes alternativas de energia; fazer o consumo econômico de água, energia e recursos naturais; e construir, manter e revitalizar as áreas verdes nas cidades.

Por esta razão, é essencial que atitudes e iniciativas emergências já sejam executadas, focando na preservação dos recursos da natureza que ainda sobrevivem, de tal modo a se preocupar com a degradação do ambiente e da atmosfera.

4.3 Importância da Sustentabilidade na Sociedade

Manter um comportamento de vida sustentável na sociedade como um todo é fundamental para a preservação da natureza, pois, através de atitudes sustentáveis os recursos naturais não se limitam, podendo ser usados também por outras gerações. Por essa razão, que atitudes conscientes podem gerar grandes benefícios para o meio ambiente.

A sustentabilidade é o meio de prover a garantia de suprimento das necessidades da geração atual sem danificar o suprimento das futuras gerações também. Neste sentido, contabilizar os impactos ambientais de cada prática é o foco principal, mas não o único, para diminuí-los, pois “a sustentabilidade se mostra como a solução para que uma nova consciência seja criada em cada indivíduo e para que haja uma melhora gradativa no meio ambiente” (laquinto, 2018, p.159).

A definição de sustentabilidade configura uma relação de harmonia com o meio ambiente e com tudo que advém dele, em sua plenitude, o que favorece de modo direto com a qualidade de vida com que as pessoas decidem escolher em sociedade.

Qualquer tipo de comportamento humano deve valorizar e respeitar os ciclos da natureza, e o tempo com que ela leva para recompor seus recursos naturais. Por essa razão, o maior obstáculo da sustentabilidade é justamente fazer com que a natureza prospere e as pessoas desenvolvam atitudes sustentáveis perante a tantas formas de vida que existem na natureza, pois:

A situação atual se encontra, social e ecologicamente, tão degradada que a continuidade da forma de habitar a Terra, de produzir, de distribuir e de consumir, desenvolvida nos últimos séculos, não nos oferece condições de salvar a nossa civilização e, talvez até, a própria espécie humana; daí que imperiosamente se impõe um novo começo, com novos conceitos, novas visões e novos sonhos, não excluídos os instrumentos científicos e técnicos indispensáveis; trata-se sem mais nem menos, de refundar o pacto social

entre os humanos e o pacto natural com a natureza e a Mãe Terra (Boff, 2012, p. 15).

E diante dessa realidade evidencia-se a importância da sustentabilidade que é promover o equilíbrio dos princípios de equidade, proporcionando meios de vida digna e condições de bem estar para os sujeitos, estando eles dentro das organizações ou fora, almejando ofertar às pessoas a acessibilidade à cidadania plena.

Atitudes sustentáveis podem dignificar a qualidade de vida dos seres na terra através de ações como:

- Abolir a utilização de sacos plásticas.
- Minimizar a ingestão de carne bovina.
- Impedir a utilização de produtos químicos na higienização do ambiente doméstico.
- Bom emprego de todas as partes dos alimentos.

Conforme citado, ações cotidianas como as apresentadas acima podem contribuir para com um estilo de vida mais saudável e benéfico a todos os indivíduos, desde que possuam a consciência de estarem fazendo sempre o que é correto diante do meio ambiente, tendo em vista que diversas vidas dependem da harmonia dos recursos naturais.

A sustentabilidade é importante para a sociedade porque sua finalidade consiste em envolver a ideia de desenvolvimento sustentável promovendo o crescimento econômico e garantindo as necessidades essenciais e humanas sem que haja desgaste e poluição do meio ambiente, uma vez que se as pessoas conseguirem adotar atitudes sustentáveis, os recursos naturais se manterão por vários anos, não se esgotando de maneira fácil, e isso:

[...] significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais (Schramm; Corbetta, 2015, p. 35).

Por essa razão, uma das causas importantes para manter a sustentabilidade é intensificar o acesso aos meios de comunicação e internet para as pessoas com baixo poder econômico, além de aumentar as formas de participação democrática nas decisões que visam beneficiar a vida das pessoas.

Uma vez que a sustentabilidade social possa ser impregnada no convívio das pessoas, as mesmas se tornam mais encorajadas e motivadas a praticar a

sustentabilidade de modo mais consciente acerca dos recursos naturais, fazendo escolhas socialmente responsáveis. Não se trata apenas de não jogar lixo no chão, mas sim, de refletir quais hábitos estão sendo reproduzidos na sociedade quanto ao consumo compulsivo que vem originando danos muitas das vezes irreversíveis ao meio ambiente, o que faz com que as pessoas se mobilizem em busca de soluções ecológicas de desenvolvimento.

A sustentabilidade traduz a idealização de uma vida em sociedade mais benéfica e saudável, buscando equidade, justiça social econômica e diminuição da fome e da pobreza no mundo. Por essa razão, se as pessoas obtiverem acesso global a escolarização com qualidade, a proteção social, a saneamento, a água potável, igualdade de gênero, agricultura sustentável, dentre outras conquistas, o desenvolvimento sustentável será de fato uma realidade precisa e alcançada, pois “[...] desenvolvimento sustentável é uma locução verbal em que se ligam dois conceitos. O conceito de sustentabilidade passa a qualificar ou caracterizar o desenvolvimento” (Machado, 2015, p. 61).

Vale salientar que todas as práticas dos sujeitos no meio ambiente geram grandes consequências, sejam elas negativas ou positivas. As consequências negativas dizem respeito a emissão de gases poluentes na atmosfera, assim como aos despejos de resíduos tóxicos nocivos à saúde humana e ao meio ambiente. Já as consequências positivas estão ligadas a iniciativas e programas que objetivam a preservação ambiental.

A sustentabilidade ambiental, e também conhecida como ecológica, está voltada a conservação e aos atos cuidados e de respeito com o meio ambiente, assim como as formas de reciclagem, o cuidado para não gerar poluição das águas e do ar, e a redução dos desmatamentos, vistas como ações sustentáveis que devem ser colocadas em prática cotidianamente. Vale ressaltar que “sustentabilidade é o processo que tem por finalidade atingir o desenvolvimento sustentável e, por sua vez, o desenvolvimento sustentável é o objetivo a ser alcançado” (Sartori; Latrônico; Campos, 2012).

Para tratar de sustentabilidade, existem quatro termos específicos que podem estar sendo designados também para desencadear ações sustentáveis, tais como:

- Sustentabilidade ambiental e ecológica.
- Sustentabilidade empresarial.
- Sustentabilidade social.

- Sustentabilidade econômica.

Como é sabido, a sustentabilidade é um termo que está potencialmente vinculado com três pilares: social, ambiental e econômico. Essa junção promove a sobrevivência no planeta terra por meio de atitudes coerentes e em defesa à vida humana em todas as esferas.

A sustentabilidade viabiliza atitudes corriqueiras que podem mudar toda a trajetória da sociedade ao que tange a forma como as pessoas se comprometem em causar ou não danos ao meio ambiente. Algumas dicas podem presumir um tipo de vida mais sustentável sem ter que sair de casa, por exemplo: reduzindo o tempo do banho no chuveiro, urinando no banheiro ao invés do vaso sanitário para economizar água, realizar compras de produtos que diminuem a energia elétrica, fazer compostagem com auxílio das minhocas, e etc. (Iaquinto, 2018).

Reeducar as pessoas acerca do consumo de água no dia a dia é fundamental para que elas possam obter hábitos saudáveis sem nenhum tipo de desperdício em casa. O uso da água das chuvas para fazer a limpeza do carro, não escovar os dentes ou fazer a barba com a água da torneira transbordando, lavar as louças da pia sempre com pouca água, além de tantas outras e simples atitudes que fazem bastante diferença no planeta.

Entretanto, algumas atitudes desenfreadas acabam por não contribuir com a sustentabilidade, como por exemplo o consumo exagerado, o grande aceleração urbano, o advento do desenvolvimento tecnológico, até mesmo a preservação de animais que estão em risco de extinção. A realidade aponta que existem muitas pessoas no planeta Terra, que usufruem mais do que deveria dos recursos naturais renováveis que estão disponíveis no meio ambiente.

Por essa razão, é necessário que as pessoas reflitam melhor sobre o conceito e a importância da sustentabilidade, conscientizando-se de que qualquer tipo de atitude pode gerar consequências no planeta, buscando potencializar os danos positivos e reduzir os impactos negativos, bem como evitando ações de desperdício de água, energia, produtos e serviços.

Uma vez que as pessoas conseguem manter um padrão de equilíbrio ecológico, elas contribuem para a diminuição das desigualdades entre as classes sociais, por meio da manutenção de uma vida saudável e digna e que possa assegurar assistência às demandas básicas de cidadania dos sujeitos como por exemplo educação, saúde, segurança, cultura, emprego e renda (Iaquinto, 2018)

A transformação da sociedade é dever de todos os cidadãos que visam e defendem o desenvolvimento social, ajudando a combater as desigualdades e injustiças, fomentando políticas públicas que viabilizem oportunidades iguais para todas as pessoas, capacitação de comunidades, e sociedades mais ativas e atuantes para com os seus deveres e direitos.

CONSIDERAÇÕES

Após análise acerca da relevância da Educação Ambiental para a sustentabilidade a partir do conceito da Educação ambiental e sustentabilidade perpassando pela descrição histórica e políticas públicas da Educação Ambiental com reflexões das dimensões da sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e a importância da sustentabilidade na sociedade pode-se afirmar que a Educação Ambiental pode ser vista como uma ferramenta para a gestão da sustentabilidade,

A Educação Ambiental é a nova área do saber e de mercado profissional beneficia a incorporação valores da sociedade, almejando o bom desenvolvimento de atitudes sustentáveis que visem a valorização da cidadania de forma ética e respeitável. Para que a sociedade possa colaborar com a sustentabilidade, pode-se destacar nove atitudes imprescindíveis tais como: melhor aproveitamento das partes dos alimentos; redução de trânsito de veículos, acesso da economia local, etc.

Respondendo a problemática desta pesquisa acerca da relevância da educação ambiental para a sustentabilidade tem-se que através da Educação Ambiental podem ser desenvolvidos projetos de inclusão social e ações sustentáveis que são excelentes recursos educativos, de qualificação profissional, preventivos de saúde, e de investimentos em saneamentos básicos para promover a qualidade de vida das pessoas além de conscientiza-las para terem uma vida melhor no seu cotidiano.

O maior benefício que existe na sustentabilidade é que o meio ambiente possa ter meios de continuar prosperando e se renovando, de tal modo a sustentar as pessoas, assim como também todos os meios de vida que existem na natureza. Tal anseio se enquadra também às empresas que possuem uma função muito relevante no processo de sustentabilidade.

A Educação Ambiental para a sustentabilidade irá depender em alto nível da sensibilização das pessoas em sociedade. A própria cidadania deve elaborar atividades e atitudes que favoreçam o equilíbrio ambiental. Desse modo, é muito

importante, e diante do cenário, torna-se fundamental, que os cidadãos sejam instruídos e orientados, independente de faixa de idade e grupo social, principalmente nas instituições escolares e diversos locais, sobre a importância da preservação ambiental e da sustentabilidade, como percussores para uma vida mais saudável no planeta.

Conclui-se que através da conscientização promovida através da Educação Ambiental o cidadão se torna sustentável escolhendo fazer uso de atitudes socialmente responsáveis promovendo a valorização dos recursos naturais fundamentais a qualidade de vida sustentável dos seres vivos. Tais atitudes irão render ótimos benefícios não somente para ele, mas sim, para todas as pessoas que estiverem ao seu redor, e que conseqüentemente também serão influenciadas a agir de modo consciente, respeito e sustentável frente ao meio ambiente e a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

BIZARRIA, F. P. de A., *et al.* **Da Educação Ambiental crítica à Educação Ambiental decolonial: revisando concepções em narrativas à luz da racionalidade ambiental.** [s.l.]: RevBEA, 2023

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é: o que não é.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CRUZ, C.A.; MELO, I.B.N.; MARQUES, S.C.M. **A educação ambiental brasileira: história e adjetivações.** São Paulo: Revbea, 2016

FERREIRA, C. A. C., MELO, I. B. N.; MARQUES, S. C. M. **A Educação Ambiental brasileira: história e adjetivações.** *Revista Brasileira De Educação Ambiental* (RevBEA), 2016

GURSKI, B. C.; DE SOUZA-LIMA, J. E. Ambientalização do direito e efetividade das políticas públicas ambientais. **Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí (SC), DOI: 10.14210/nej.v21n2. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/9101>. Acesso em: 02/06/2023.

IAQUINTO, B.O. A Sustentabilidade E Suas Dimensões. REVISTA DA ESMESC, 2018.

JACOBI, P. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade.** [s.l.]: Cadernos de Pesquisa: revista de estudos e pesquisa em educação, 2003.

LEFF, E. **Agroecologia e saber ambiental.** Porto Alegre, v. 3. n. 1. Jan/Mar: 2002

MACHADO, P.A.L **Direito ambiental brasileiro.** 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

MILARÉ, É. **Direito do ambiente**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PÓVOAS, M.S. O amor na sociedade de risco: a sustentabilidade e as relações de afeto. In: SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; ARMADA, Charles Alexandre. **Sustentabilidade, meio ambiente e sociedade**: reflexões e perspectivas [e-book]. Umuarama: Universidade Paranaense – UNIPAR, 2015

SARTORI, S; LATRÔNICO, F; CAMPOS, L M. S. **Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável**: uma taxonomia no campo da literatura. 2012. Disponível em: Acesso em: 06/06/2023.

SCHRAMM, A. M.; CORBETTA, J.M. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: conceitos antagônicos ou compatíveis? In: SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; ARMADA, Charles Alexandre. **Sustentabilidade, meio ambiente e sociedade**: reflexões e perspectivas [e-book]. Umuarama: Universidade Paranaense – UNIPAR, 2015.